



Nuno Pinheiro Torres

Secretário de Estado Adjunto da Política da Defesa Nacional

**Intervenção do Secretário de Estado Adjunto da Política da Defesa Nacional,
Nuno Pinheiro Torres, por ocasião da Conferência Viseu DefenseTech 2025**

Solar do Vinho do Dão, Viseu, 6 de julho de 2025



Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu,

Senhor Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército,

Senhores Oficiais Gerais e Oficiais Superiores,

Representantes das Empresas, Associações Empresariais, Universidades,

Centros de Investigação e Centros Tecnológicos,

Caros Oradores e Moderadoras,

Minhas Senhoras e meus Senhores,



A minha primeira palavra é para enaltecer a iniciativa da Viseu DefenseTech 2025, num domínio fundamental para a nossa economia: a promoção da Base Tecnológica e Industrial de Defesa nacional. Por essa razão saúdo o Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas, pela visão demonstrada ao associar-se ao Exército português e à IdD – Portugal Defence na organização desta Conferência.

Ao Exército português, na pessoa do seu Vice-Chefe do Estado Maior, Tenente-General Maia Pereira, expresso o reconhecimento pelo excelente trabalho realizado com as indústrias de defesa na procura de novas soluções tecnológicas, quer no programa do “soldado do futuro”, quer para o desenvolvimento de outras capacidades necessárias à sua modernização e ao seu reequipamento.

Como referiu recentemente o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo, o investimento em defesa nos próximos anos, com a aquisição de novas capacidades, vai ser feito “primeiro em Portugal, de seguida na Europa e só depois ao resto do mundo.” Estas palavras foram proferidas antes do início da Cimeira da Nato, em Haia.

Não obstante as dúvidas que pairavam sobre a robustez da relação transatlântica, a verdade é que a Cimeira de Haia veio dissipá-las. Com efeito, as decisões tomadas nessa Cimeira constituem uma resposta inequívoca e bem demonstrativa da vontade em reforçar arquitetura de



segurança euro-atlântica. Ora, como é público, esse reforço exigirá dos aliados europeus o investimento na aquisição de novas capacidades militares, maior prontidão e interoperabilidade e, mais importante, um salto tecnológico não só para enfrentar às ameaças do presente, mas sobretudo para preparar a dissuasão e defesa contra as ameaças do futuro.

Vivemos um tempo de transformação sísmica da ordem internacional. O contexto securitário degradou-se, o multilateralismo está em regressão e a competição entre grandes potências é o novo normal. A Europa viveu em paz nos últimos 80 anos, apenas com o interlúdio do conflito regional nos Balcãs. O cenário hoje é distinto. Uma guerra na fronteira oriental da NATO, com um risco latente de alastramento, ameaça a segurança do nosso espaço comum. E, na vizinhança próxima, o Médio Oriente continua a ser um barril de pólvora, em que os recentes conflitos militares estão a redefinir a escala de forças entre velhos inimigos.

Ora, menos multilateralismo leva a mais unilateralismo. E este impõe que os Estados europeus assumam maior responsabilidade pela sua defesa e segurança. A recente Cimeira da NATO é, como referi, o espelho do compromisso assumido pela segurança do espaço euro-atlântico. O aumento substancial do investimento em capacidades de defesa é uma condição essencial para garantir a paz na Europa, por paradoxal que esta



afirmação possa parecer. Só uma força militar credível será capaz de dissuadir e conter qualquer tentação expansionista na fronteira leste da NATO.

Portugal assumiu, ao mais alto nível, a sua quota-parte desta responsabilidade comum: aumentar o seu investimento em defesa, de forma a este que atinja 2% do PIB ainda este ano. E um incremento progressivo a partir de 2026 até 2035.

É neste contexto que se insere a citação do nosso Ministro da Defesa. Portugal vai ter necessariamente de adquirir novas capacidades militares para responder às lacunas do nosso sistema de forças e cumprir os alvos capacitários atribuídos pela NATO. Para tal é imperativo, nestes processos aquisitivos, potenciar o cluster da indústria de defesa nacional, por si só ou integrada em cadeias de valor europeias. E onde tal não seja possível, isto é, quando as capacidades a adquirir sejam produzidas no estrangeiro, devemos criar as condições para atrair para o nosso território algum desse investimento.

Tenho consciência dos desafios que temos de enfrentar. Refiro-me a desafios essencialmente relacionados com a reversão do desinvestimento passado na nossa indústria de defesa; a desafios relacionados com a coesão territorial; à necessidade de criar mecanismos que permitam uma descentralização eficaz e que fomentem



a criação de emprego especializado e a fixação de jovens e de mão de obra qualificada em todo o território nacional e não apenas no litoral.

Desafios em relação aos quais os Municípios, como Viseu, podem desempenhar um papel diferenciador enquanto facilitadores da ligação entre o tecido industrial e a Defesa Nacional.

É por isso que este evento é tão oportuno e inovador.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Um dos grandes eixos da Agenda Transformadora do Programa do Governo é, precisamente, a elaboração de um plano de reforço estratégico do investimento em defesa, alinhado com os nossos compromissos internacionais e a valorização da indústria nacional.

O Ministério da Defesa irá trabalhar ativamente para criar todas as condições que permitam à indústria nacional de segurança e defesa participar no reequipamento das Forças Armadas. E, por essa via, fazer crescer este sector no contexto da BTID nacional e europeia.

E é importante relevar que esta decisão não se prende apenas com a necessidade de cumprirmos métricas abstratas assumidas em fóruns internacionais. Não se trata de gastar por gastar, mas de investimento



em capacidades necessárias e de valorização do nosso tecido empresarial.

Esta decisão prende-se também – e sobretudo, diria – com a necessidade de termos umas Forças Armadas capazes, prontas e modernas, aliando essa finalidade ao enorme potencial para escalar a investigação e desenvolvimento e, conseqüentemente, para a inovação na economia nacional.

É importante compreender que o investimento e apoio à Base Tecnológica e Industrial de Defesa traz um duplo benefício para o País e para a Europa. Primeiro, porque gera produto económico de alto valor acrescentado, incrementando a tão necessária competitividade e produtividade nacional e europeia. E segundo, porque responde diretamente às lacunas identificadas nos sistemas de forças nacionais, alavancando o pilar europeu da NATO.

Para tal, o setor industrial da defesa terá de possuir a arte e o engenho de captar e potenciar não só investimento público, mas sobretudo privado. Cada euro aplicado nas indústrias de defesa tem condições para provocar um efeito multiplicador na nossa economia. É um setor que gera emprego altamente qualificado, promove a inovação e desenvolve tecnologias de ponta, principalmente com aplicação de duplo uso.



Para além disso, investir neste setor reforça a resiliência e a autonomia estratégica do País, reduzindo dependências externas e promovendo uma base tecnológica e industrial de defesa sólida e competitiva.

Temos um ecossistema industrial de defesa em acelerado crescimento, marcado por uma forte presença de pequenas e médias empresas com forte vocação tecnológica e inseridas em cadeias de valor internacionais. Um ecossistema que também inclui *mid-caps* com capacidade exportadora consolidada, *start-ups* tecnológicas com soluções de duplo uso, mas também algumas grandes empresas.

Falamos de um ecossistema que envolve, atualmente, cerca de 380 empresas, empregando aproximadamente 40 mil pessoas e representando cerca de 2,5% das exportações nacionais – e com elevado potencial para participar em grandes contratos internacionais de defesa, sobretudo através do fornecimento de componentes críticos para sistemas de armamento.

Mais ainda, este é também um ecossistema que tem tido a capacidade de se agregar em *clusters* que geram alto valor acrescentado para a economia, como é o caso do cluster aeronáutico.

Será sempre bem-vinda a formação de novos clusters ou, em relação aos



já existentes, a sua expansão e o aumento da competitividade a nível europeu. Portanto, o mais difícil – que é criar as bases e fundações para o florescimento de um determinado ecossistema – já se encontra estabelecido.

Trata-se, em essência, de um ecossistema com forte capacidade de crescimento e enorme potencial. É crucial atrair mais capital, facilitar o acesso ao financiamento, garantir previsibilidade, simplificar as regras e agilizar os procedimentos. E é nisso que devemos apostar, para responder ao desafio da competitividade lançado no relatório Draghi.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Neste contexto, e apesar dos desafios significativos que o panorama internacional nos impõe, é importante reconhecer que também se abrem oportunidades sem precedentes. De novos programas de financiamento e empréstimos à integração em consórcios internacionais, por exemplo, muitas novas iniciativas podem beneficiar as nossas empresas.

Com efeito, as nossas empresas portuguesas têm hoje acesso a um conjunto alargado de instrumentos europeus que reforçam significativamente o seu potencial de crescimento e a integração em cadeias de valor estratégicas.



Por um lado, o Fundo Europeu de Defesa continua a ser o principal motor de financiamento para a investigação e desenvolvimento colaborativo, permitindo a participação de empresas e centros tecnológicos portugueses em consórcios internacionais em áreas chave como os sistemas não tripulados, a ciberdefesa ou os sensores avançados.

A União Europeia tem vindo a trabalhar no sentido de desburocratizar e facilitar a participação das empresas nestes projetos e ainda de apoiar a sua posterior industrialização.

Por outro lado, o novo programa *ReArm Europe* promove o aumento do financiamento público em defesa, do investimento em aquisições conjuntas e da facilitação da mobilização de capitais privados. Através da mobilização de até 800 mil milhões de euros, esta iniciativa procura acelerar a produção europeia em áreas prioritárias – como as munições ou os sistemas não tripulados – criando oportunidades para empresas nacionais com capacidades industriais ou tecnológicas nestes domínios.

Recentemente foi aprovado o Pacote Geral de Prontidão de Defesa – também conhecido como *Omnibus* – que vem acelerar ainda mais a execução dos projetos do Fundo Europeu de Defesa, ao reduzir a respetiva carga administrativa.



Este é, com efeito, um dos aspetos mais relevantes a melhorar: a excessiva regulamentação europeia e burocracia no acesso a financiamento, assim como o espartilho das regras da contratação pública, constroem a agilidade e flexibilidade que são necessárias neste domínio, desde a fase da investigação e desenvolvimento até à produção e aquisição de novas capacidades.

E há várias outras iniciativas em franco desenvolvimento, nomeadamente decorrentes da Estratégia Industrial de Defesa Europeia. Veja-se o futuro Programa Europeu de Investimento na Defesa que irá, entre outras valências, facilitar a criação de Consórcios Europeus de Capacidades de Defesa. Ou ainda os futuros projetos europeus de Defesa de interesse comum, cujas áreas prioritárias identificadas incluem a ciberdefesa, na qual Portugal já lidera um projeto no âmbito da Cooperação Estruturada Permanente.

Também importará acompanhar o desenvolvimento do futuro Fundo para Acelerar a Transformação da Cadeia de Abastecimento da Defesa – também conhecido como FAST. Este fundo dirigirá-se especificamente às PME e às *small mid-caps*, através do financiamento de empréstimos e de um Mecanismo de Investimento em Empresas de Defesa.

Mas as oportunidades não se cingem à esfera da União Europeia. Também no seio da NATO estes temas têm sido centrais, tendo em 2023



sido lançado o Fundo de Inovação NATO, no valor de mil milhões, em que Portugal é um dos participantes. Também de referir a iniciativa DIANA – o Acelerador de Inovação na Defesa para o Atlântico Norte, em que o Arsenal do Alfeite, sob a égide da idD, acolhe um dos aceleradores. Um último exemplo é constituído pela revisão do Plano de Ação para a Produção de Defesa, que visa agregar a procura, enfrentar os desafios da indústria de Defesa do espaço euro-atlântico e aumentar a interoperabilidade e a standardização dentro da Aliança Atlântica.

Este é o momento para as nossas empresas, universidades e centros tecnológicos agarrarem esta oportunidade e tirarem o máximo partido destas múltiplas iniciativas e dos envelopes financeiros associados. Este é o momento de ousar participar.

Portugal dispõe já da sua própria Estratégia de Desenvolvimento da BTID, dotada de um Plano de Ação – o primeiro em Portugal para promover a Economia de Defesa – adotado há pouco menos de um ano e meio.

Termino, reiterando que o Governo português está empenhado em reforçar a nossa Base Tecnológica e Industrial de Defesa. Este é um desígnio nacional que deve mobilizar o sector público e a iniciativa privada. Nessa mobilização contamos com o envolvimento ativo dos Municípios. Como sucede aqui em Viseu!



Faço votos que esta conferência corresponda a todas as expectativas, dando a conhecer oportunidades de negócio no domínio da defesa e promovendo, com sucesso, o *business matchmaking*. Para ganhar escala e integrar cadeias de valor a nível europeu vamos precisar de muitos casamentos felizes e duradouros.

Muito obrigado.